

## **BOLETIM INFORMATIVO 08/2015**

### **VOCÊ SABIA?**

**Certidões cíveis e criminais passam a ter abrangência estadual em São Paulo.** O Tribunal de Justiça de São Paulo disponibiliza desde esta segunda-feira (24/8) um novo serviço: as certidões estaduais de distribuições cíveis, criminais e de execuções criminais. O sistema permite ao solicitante obter informações sobre determinada pessoa com abrangência em todo o estado de São Paulo. Antes, era necessário pedir uma certidão em cada comarca de interesse. Para solicitar o documento, é preciso se dirigir às unidades responsáveis pela expedição ou fazer o pedido pela internet (a depender da data de nascimento da pessoa ou da data de distribuição dos processos, conforme orientação do comunicado SPI 53/2015). Fique por dentro! <http://www.conjur.com.br/2015-ago-25/certidoes-civeis-criminais-ganham-abrangencia-estadual-sp>

### **JULGADOS - JURISPRUDÊNCIA**

**Valores devidos pela Fazenda Pública em razão de MS devem ser pagos por precatório.** O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou seu posicionamento relativo à necessidade de uso de precatórios para o pagamento de dívidas da Fazenda Pública, mesmo aquelas relativas às pendências acumuladas no período entre a impetração de mandado de segurança e a concessão da ordem. A decisão foi tomada pelo Plenário Virtual da Corte no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 889173, com repercussão geral reconhecida, no qual o Estado de Mato Grosso do Sul questionou decisão do Tribunal de Justiça local (TJ-MS) que afastou a necessidade do uso de precatórios. Segundo o relator do recurso, ministro Luiz Fux, a decisão do TJ-MS destoou da orientação firmada pelo STF a respeito da abrangência das disposições do artigo 100 da Constituição Federal, que dispõe sobre o uso dos precatórios. A jurisprudência da Corte, afirmou, é consolidada no sentido de que os pagamentos devidos pela Fazenda Pública devem ser feitos via precatório, mesmo as verbas de caráter alimentar, não se afastando a exigência nos casos de o débito ser proveniente de sentença proferida em mandado de segurança. Confira matéria na íntegra em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=298484>

### **DECISÃO**

**Terceira Turma admite colação de bens exigida por filho nascido após doação do patrimônio.** A doação feita de ascendente para descendente não é inválida, mas impõe ao donatário que não seja único herdeiro a obrigação de trazer o patrimônio recebido à colação quando da morte do doador a fim de que sejam iguadas as cotas de cada um na partilha. Com esse entendimento, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão da Justiça de São Paulo que reconheceu a um filho nascido fora do casamento o direito de exigir a colação dos demais herdeiros, os quais haviam recebido imóveis em doação antes mesmo de seu nascimento. Detalhes em: [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/noticias/noticias/DestAques/Terceira-Turma-admite-cola%C3%A7%C3%A3o-de-bens-exigida-por-filho-nascido-ap%C3%B3s-doa%C3%A7%C3%A3o-do-patrim%C3%B4nio](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/noticias/noticias/DestAques/Terceira-Turma-admite-cola%C3%A7%C3%A3o-de-bens-exigida-por-filho-nascido-ap%C3%B3s-doa%C3%A7%C3%A3o-do-patrim%C3%B4nio)

## **PROJETOS DE LEI E OUTRAS PROPOSIÇÕES**

**Acesso à internet pode se tornar direito social do brasileiro.** Proposta de emenda à Constituição (PEC 06/2011), do ex-senador Rodrigo Rollemberg, inclui o acesso à internet entre os direitos sociais. Segundo o autor, muitos dos direitos previstos na Constituição — como informação, educação, trabalho e remuneração digna — dependem cada vez mais do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação. A relatora da proposta, senadora Ângela Portela (PT-RR), concorda com o projeto e lembra que, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 50% dos lares brasileiros têm acesso à internet. A PEC já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e está pronta para votação no Plenário do Senado. Acompanhe! <http://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2015/08/acesso-a-internet-pode-se-tornar-direito-social-do-brasileiro>

**Relator apresenta parecer sobre projeto que amplia Supersimples.** O deputado João Arruda (PMDB-PR) apresenta neste momento seu parecer, em nome da comissão especial, para as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei Complementar 25/07. O substitutivo da comissão especial aumenta em 250% o limite de enquadramento da microempresa no regime especial de tributação do Simples Nacional (Supersimples), passando de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil a receita bruta anual máxima exigida. Confira a proposta em tramitação na Câmara. <http://www2.camara.leg.br/camara/noticias/noticias/POLITICA/4946-48-RELATOR-APRESENTA-PARECER-SOBRE-PROJETO-QUE-AMPLIA-SUPERSIMPLES.html>

## **ATIVIDADES BINI ADVOGADOS**

**Dra. Fernanda Bazanelli Bini, advogada especialista em direito desportivo, fala sobre o papel do advogado na luta contra o doping.** “Muito se tem falado sobre doping nos últimos tempos. Atletas de ponta punidos de forma rígida e carreiras encerradas por conta do uso de substâncias proibidas tomam conta, cada vez mais, dos noticiários esportivos. O esporte tem mudado de uns tempos para cá, virou negócio e, por conta dessa modificação gritante no modo de se ver as competições, os altos investimentos passaram a ser rotina.” Qual o panorama geral desta situação no país e no mundo e como deve agir o profissional causídico na luta contra o doping é o tema do artigo da dra. Fernanda Bazanelli Bini, advogada do BINI Advogados, especialista em Direito Desportivo com ênfase em doping. Leia íntegra do artigo em: [http://www.biniadvogados.adv.br/?page\\_id=1837](http://www.biniadvogados.adv.br/?page_id=1837)

Obrigado por nos prestigiar e nos colocamos à disposição para dúvidas, esclarecimentos, críticas e sugestões.

ATÉ A PRÓXIMA!